



## **ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

### **COMUNICADO DIRAP Nº 003/DPC, DE 29 JAN 2004**

ANEXO: - Lei nº 8.460, de 17 SET 1992 (artigo 22);  
- Ofício-Circular nº 03/SRH/MP, de 01 FEV 2002; e  
- Ofício nº 277/2002-COGLE/SRH/MP, de 03 OUT 2002.

Comunico aos senhores Comandantes, Diretores e Chefes de Organizações Militares deste Comando da Aeronáutica, que o Ofício-Circular nº 03/SRH/MP, de 01 FEV 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uniformizou procedimentos relativos ao pagamento do auxílio-alimentação, previsto no Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 SET 1992, alterado pelo Art. 3º da Lei nº 9.527, de 10 DEZ 1997.

O auxílio-alimentação deve ser concedido a todos os servidores públicos federais civis ativos, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo público com base no item nº 1 do Ofício-Circular nº 03/SRH/MP, de 01 FEV 2002, bem como ao pessoal contratado por tempo determinado pela Lei nº 8.745/93 e aos ocupantes de cargo em comissão sem vínculo com a União, conforme item nº 3 do Ofício-Circular nº 03/SRH/MP, de 01 FEV 2002.

Os servidores que utilizam o serviço de alimentação fornecido pelo próprio Órgão (rancho), nos afastamentos elencados no item 2 do Ofício-Circular nº 03/SRH/MP, de 01 FEV 2002, farão jus ao auxílio-alimentação em pecúnia, de acordo com o Ofício nº 277/2002-COGLE/SRH/MP, de 03 OUT 2002.

Assim sendo, deverá ser pago o auxílio-alimentação em pecúnia aos servidores que utilizam o rancho, nos afastamentos elencados no item 2 do Ofício-Circular acima mencionado, a partir de 01 FEV 2002.

Maj.-Brig.-do-Ar WILMAR TERROSO DE FREITAS  
Diretor da DIRAP

ANEXO DO COMUNICADO DIRAP nº 003/DPC, de 29 JAN 2004

LEI nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedida aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, da Administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 1º de agosto de 1992, antecipação de reajuste de 20% sobre os vencimentos, soldos e demais retribuições, a ser compensada por ocasião da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

.....

Art. 22 O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97)

§ 3º O auxílio-alimentação não será: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

- a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;
- c) caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial in natura.

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97)

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos,

ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9527, de 10/12/97).

.....

Art. 31 Revogam-se o Art. 5º e a alínea b do § 2º do Art. 13 da Lei nº 8.270, de 1991, o inciso VIII do § 3º do Art. 2º da Lei nº 7.923, de 1989, e demais disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1992;  
171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR  
Marcílio Marques Moreira  
João Mellão Neto